
Colômbia: povos unidos contra um monstro chamado Smurfit Westrock

“A terra não se vende; se ama e se defende.

E quando é arrebatada,

se recupera para que volte a florescer.”

– Líder do povo Misak

Este artigo é uma oportunidade de contar uma história, principalmente para as comunidades e os movimentos sociais do Sul Global que defendem sua terra, seu território, sua natureza e sua soberania alimentar. É a história de como nós, comunidades indígenas e camponesas do departamento de Cauca, na Colômbia, nos articulamos para enfrentar uma das maiores multinacionais produtoras de papel e papelão do mundo: a Smurfit Westrock, herdeira da Smurfit Kappa Cartón da Colômbia.

Escrevemos do município de Cajibío, uma região marcada por múltiplos e profundos problemas. A concentração da propriedade da terra atinge um coeficiente de Gini de 0,87, (1) o que nos situa entre as regiões mais desiguais do país. (2) Soma-se a isso a presença histórica de atores armados, tanto legais quanto ilegais, que disputam o controle territorial para sustentar modelos extrativistas contrários à vida, o descaso estatal, expresso na falta de acesso a direitos como educação, saúde e infraestrutura, e a presença e a expansão de cultivos ilícitos, que agravam a crise social e ambiental.

Somos fruto de um processo de articulação entre os povos camponeses organizados no Coordenador Nacional Agrário (CNA), o povo indígena Misak e o povo indígena Nasa. Nós nos reunimos sob o nome **Território de Vida, Interétnico e Intercultural de Cajibío (TEVIIC)**, com o objetivo de fazer avançar a Reforma Agrária a partir da autonomia e da ação concreta. Isso porque, em um contexto como o nosso, de concentração fundiária, (3) nós, comunidades indígenas, camponesas e afrocolombianas, temos vivenciado muitos conflitos pelo acesso à terra. Alguns dos quais deixaram pessoas feridas e causaram profundas tensões e divisões nas comunidades, demonstrando que a falta de terra não se trata de um problema entre vizinhos, e sim de uma questão estrutural derivada de um modelo econômico que concentra a propriedade e destrói a natureza.

De acordo com a análise de conjuntura que desenvolvemos no TEVIIC, o departamento de Cauca reproduz um modelo agroexportador que prioriza monoculturas de café, cana-de-açúcar e plantações de árvores para os mercados internacionais. Esse modelo ocupou o espaço da produção de alimentos básicos e aumentou a dependência em relação às importações. (4) Isso levou à deterioração da soberania alimentar e a uma crescente vulnerabilidade a crises globais de preços e de disponibilidade de alimentos.

O TEVIIC surgiu em meio à greve nacional de 2021, uma das maiores mobilizações da história recente da Colômbia, e identificou a Smurfit Westrock como a principal responsável pela escassez de terras em Cajibío. Essa multinacional, presente em 40 países e com mais de 120 mil hectares de plantações de monoculturas de árvores na América Latina, possui 67.500 hectares na Colômbia, dos quais quase 3 mil estão em Cajibío. (5)

Vários documentos denunciam as ações da empresa, como, por exemplo, o relatório *Smurfit Kappa Colômbia: Impactos Socioecológicos e Violações de Direitos Humanos*, (6) que indica que ela é a corporação com maior concentração de mercado na indústria global de embalagens, o que lhe permite impor modelos de produção altamente destrutivos em países do Sul Global. As plantações de pinus e eucalipto alteram o ciclo hidrológico, reduzem a disponibilidade de água, empobrecem o solo e substituem a biodiversidade nativa, afetando os ecossistemas, algo de que nossos ancestrais se deram conta.

Outras pesquisas mostram que as compras de terras em grande quantidade pela Smurfit desde a década de 1980 coincidiram com a expulsão gradual de famílias camponesas, a substituição de florestas nativas por plantações industriais e o aumento dos conflitos agrários locais. As plantações de monoculturas comprovadamente causam redução do lençol freático, desaparecimento de nascentes, perda de biodiversidade e contaminação de solos e rios devido ao uso intensivo de agroquímicos. (7) Em sua tese, *Conflicto entre conservação e produção: as monoculturas como ameaça à integridade das florestas alto-andinas na Colômbia*, (8) Soriano confirma que as plantações alteram significativamente a estrutura e a composição dos ecossistemas alto-andinos.

A expansão das monoculturas reduziu a soberania alimentar e expulsou comunidades, enquanto a empresa usa o discurso climático para justificar tais expansões, que seriam supostos sumidouros de carbono. Isso evidencia a contradição entre o discurso verde das empresas e a realidade dos territórios afetados.

Sabemos que, em muitas partes do mundo, outros povos travam batalhas semelhantes contra o capital transnacional, buscando permanecer em seus territórios, construir novas e melhores formas de habitar o mundo e consolidar modelos políticos, sociais e econômicos que defendam a vida e a natureza.

A articulação dos povos indígenas e camponeses se dá por conta do processo de retomada das terras da Smurfit, que nada mais é do que a concretização da justiça social em torno da expropriação que a empresa cometeu no território. Até o momento foram recuperados 300 hectares.

Basicamente, nós nos unimos para intervir diretamente nas monoculturas de pinus e eucalipto por meio de ações de mobilização cidadã, nas quais buscamos o acesso ao direito à terra, consagrado no Artigo 64 da constituição política da Colômbia, para viver, semear alimentos e cuidar da natureza. Isso porque, historicamente, esgotamos, sem sucesso, outras vias de diálogo e reivindicação com a multinacional e o Estado colombiano.

Nesse sentido, nossas ações concretas fazem parte de uma tradição histórica de luta agrária no país, que demonstrou que, sem uma redistribuição efetiva das terras, não há possibilidade de construir a paz territorial.

A construção de uma agenda comum entre povos com diferentes histórias de relação com a terra, como camponeses e indígenas, é uma estratégia política que rompe décadas de fragmentação social imposta pela expropriação.

*“Ao recuperar esses 3 mil hectares,
estariamos realocando mais de mil famílias camponesas e indígenas,
e estariamos solucionando o problema da terra para uma grande população em Cajibío.”*
– Líder camponês

Nosso território tem o maior número de conflitos socioambientais registrados no departamento, muitos deles associados a plantações de monoculturas de árvores e à operação da Smurfit Westrock, que deixam impactos sobre os recursos hídricos, os solos e a biodiversidade, bem como sistemáticos e padronizados assédios contra líderes comunitários.

Desde que iniciamos as retomadas, há apenas quatro anos, sofremos inúmeros ataques por parte dos aparatos repressivos do Estado, de paramilitares e de homens ligados à Smurfit Westrock. Apenas para citar alguns exemplos, houve ataques violentos a manifestações, agressões físicas a camponeses envolvidos em exercícios de retomada de terras, intimidação de camponeses por homens armados do Exército e da Smurfit Westrock, e atentados a tiros contra líderes sociais camponeses do TEVIIC. Também houve ameaças de morte para que lideranças abandonassem a luta e o território retomado, às vezes levando à expulsão de camponeses dessas áreas. Isso sem mencionar os recorrentes sobrevoos de drones sobre locais onde os membros do TEVIIC se reúnem, bem como a criminalização dos ativistas pela mídia e pelo Estado. Essa repressão já deixou inúmeras pessoas feridas e foi responsável pelo assassinato do jovem camponês Huber Samir Camayo, em 2021. (9)

Esse padrão coincide com o que foi documentado por organizações de direitos humanos, que alertam para a criminalização e a repressão de defensores da terra na Colômbia. (10) (11) Essas ações repressivas, junto a campanhas de estigmatização e judicialização, buscam fraturar a coesão comunitária e frear a resistência, gerando deslocamentos temporários e perdas de colheitas.

Entendemos que essa luta não é fácil, que estamos diante de uma empresa multinacional que há muitas décadas mantém poder político, econômico e até legislativo na Colômbia. Por isso mesmo, ela desenvolveu formas de legalizar sua exploração, sustentando inclusive uma imagem de protetora do meio ambiente e motor da economia local, ao mesmo tempo em que exerce intimidação, perseguição e estigmatização contra aqueles de nós que hoje exigimos que ela deixe o território e indenize nossas comunidades pelos danos que causou.

Diante de um adversário com tantos tentáculos, a partir deste ano estamos impulsionando a **Aliança pela Vida, a Natureza e os Territórios**, que articula diversos processos organizativos nos níveis local, nacional e internacional. Esses processos não só apoiam e fortalecem a luta em Cajibío contra a Smurfit Westrock, como também nos permitem reconhecer e nos articular com outras lutas globais, tendo em mente que imaginar e criar transformações em prol da vida só é possível unindo os diversos processos que resistem ao modelo extrativista no mundo todo e constroem, a partir de diferentes realidades, formas mais benévolas de habitar o planeta.

Sabemos que o mundo está organizado em um sistema que concentra poder político e econômico no Norte Global enquanto explora recursos e povos no Sul. Nessa medida, reconhecemos as lutas que existem e se desenvolvem em diferentes países, para também torná-las nossas e compreender como elas se opõem ao avanço do capital transnacional e à reprodução de relações de dominação e exploração, e para que nos inspirem e tenhamos leituras geopolíticas mais amplas e profundas.

Queremos, também, que essas tessituras e articulações internacionalistas se expressem em encontros, na elaboração de estratégias de incidência política internacional que nos permitam abrir espaços de conversa, em cinefóruns, em apresentações em espaços acadêmicos ou de movimentos sociais. E também sejam expressas em mecanismos cidadãos para interpelar os diferentes governos e os pressionar a exigir que essa multinacional respeite os direitos humanos, indenize nossas populações pelos danos ambientais e socioculturais que causou, e saia do território para que nossas comunidades do TEVIIC possam levar a cabo o Plano de Vida Interétnico e Intercultural.

Em referido Plano, propomos a destinação das terras recuperadas para a produção agroecológica, o reflorestamento com espécies nativas, a proteção de nascentes, a recuperação de sementes nativas para fortalecer a soberania alimentar e a construção de mecanismos de justiça própria, local e antipatriarcal. Concordamos com o apelo da Aliança pela Soberania Alimentar na África (AFSA) de que a soberania alimentar e a soberania energética são inseparáveis, ??(13) e nos opomos explicitamente à entrada de projetos de mineração ou de novas monoculturas industriais nessas terras.

Por fim, fazemos um chamado fraterno à solidariedade material. Toda operação militar destrói plantações, moradias temporárias e viveiros de mudas. Precisamos de apoio para reconstruir e continuar resistindo, e qualquer doação nos ajuda nessa tarefa difícil, arriscada e histórica. Esta luta é por Cajibío, mas também por todos os povos que defendem a água, a terra e a vida.

*Porque a reforma agrária é feita por nós, os povos,
Vamos, todos e todas, remover as cercas
e recuperar a terra para recuperar tudo.*

**Equipe Técnica TEVIIC - CNA e Associação Minga - Aliança pela Vida, Natureza e Território.
Contato: tierraparavida83@gmail.com**

Referências

- (1) Indicador que possibilita quantificar a desigualdade em uma escala de 0 a 1, onde 0 representa a igualdade absoluta e 1, a desigualdade absoluta.
- (2) [DANE, 2014. Índice de concentración de la propiedad de la tierra](#)
- (3) Conceito que expressa a superlotação de território delimitado por famílias que vivem nele. Se a terra fosse distribuída com base na UAF (cálculo básico de hectares para a sobrevivência da família camponesa, que em Cajibío varia entre 4 e 10 hectares), a maioria da população ficaria de fora.
- (4) Campo, C., & Sandí, H., 2025. De la seguridad a la soberanía alimentaria: análisis sobre la seguridad alimentaria y su defensa comunitaria por parte del campesinado en el departamento del Cauca, Colômbia 2024. Dissertação de mestrado, Universidad Internacional de la Rioja.
- (5) [Smurfit, 2024, Sustainability Report](#)
- (6) González, E.; Ramiro P., 2022. [Smurfit Kappa Colombia: impactos socio ecológicos y violaciones de derechos humanos. OMAL, SumOfUs, LASC](#)
- (7) FAO, 2021. Evaluación de los impactos de los monocultivos forestales en suelos y agua. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb6022es/cb6022es.pdf>
- (8) Soriano, K., 2025. Conflicto entre conservación y producción: Los monocultivos como amenaza para la integridad de los bosques altoandinos en Colombia. [Trabalho de conclusão de especialização]. Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia.
- (9) Nordic Sustainability. (2023). Why just planting trees won't save the planet. Disponível em: <https://nordicsustainability.com/insight/why-just-planting-trees-wont-save-the-planet/>
- (10) [Informe de situación de derechos humanos en Cajibío, Cauca, junho de 2025](#)
- (11) Front Line Defenders, 2024. Informe anual sobre personas defensoras de derechos humanos en riesgo. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/es/resource-publication/2024-annual-report>
- (12) Global Witness (2023). Standing Firm: The Land and Environmental Defenders on the Frontlines of the Climate Crisis. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/>
- (13) WRM, 2025. [Reivindicando a Soberania Energética e Alimentar por meio da Agroecologia](#)

